



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025



- Data, Hora e Local:** Realizada em 23 de abril de 2025, às 09:00 horas, na sede social da MINAS GD S.A. ("Companhia"), situada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Paraíba, nº 550, 8º e 9º andar, Bairro Savassi, CEP 30.130-141.
- Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.
- Mesa:** Presidente: Sr. Pierre- Yves Marie Hughes Mourgue; Secretário: Sr. Tony Chi Yuan Wang.
- Publicação:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram publicadas por meio da Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos termos do artigo 1º da Portaria ME nº 12.071/2021, (i) na data de 22 de abril de 2025 às 13:12:55 horas, conforme protocolo nº 0030FF9FC031A14B25E851E3DF669A50226E8152, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) na data de 22 de abril de 2025 às 13:13:36 horas, conforme protocolo nº 654FD9A5F9515425AF0C0B189C108463B4CA56C7, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.
- Ordem do Dia:** Em sede de Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre: (a) a aprovação do relatório da administração, das contas da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024; (b) a ratificação da destinação dos resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (c) a aprovação da destinação dos resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (d) a ratificação da fixação da verba global de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e (e) a aprovação da fixação da verba global de remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre: (f) a alteração de endereço da sede social da Companhia, conforme nova redação do art. 3º de seu Estatuto Social; (g) a ratificação da contratação de empresa especializada para avaliação do valor contábil da parcela patrimonial líquida da Infraestrutura Brasil Holding XXV ("IBH XXV"), relativo ao acervo que compõe o estabelecimento denominado Filial Buritis; (h) a aprovação do Laudo de Avaliação; (i) a aprovação do aumento de capital social da Companhia; (j) a alteração do *caput* do art. 5º do Estatuto Social, para refletir o aumento de capital; (k) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (l) a autorização aos diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para cumprimento das disposições desta ata.
- Deliberações:** A única acionista da Companhia deliberou, sem quaisquer ressalvas:





Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

- (a) Aprovar o relatório da administração, as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024;
- (b) Ratificar a destinação do prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 500.956,67 (quinhentos mil novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos), para a conta de prejuízos acumulados;
- (c) Aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante total de R\$ 4.185.742,30 (quatro milhões cento e oitenta e cinco mil setecentos e quarenta e dois reais e trinta centavos), sendo: (a) R\$ 209.287,12 (duzentos e nove mil duzentos e oitenta e sete reais e doze centavos) destinados para constituição da reserva legal; (b) R\$ 507.154,07 (quinhentos e sete mil cento e cinquenta e quatro reais e sete centavos) destinados à absorção de prejuízos acumulados; (c) R\$ 41.857,42 (quarenta e um mil oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos) destinados para distribuição de dividendos à acionista; e (d) R\$ 3.427.443,69 (três milhões quatrocentos e vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e nove centavos) destinados para a conta de lucros acumulados;
- (d) Ratificar que os administradores da Companhia não fizeram jus à remuneração referente ao exercício de 2024; e
- (e) Aprovar a ausência de remuneração da administração da Companhia para o exercício social de 2025.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

- (f) Aprovar a alteração de endereço da sede social da Companhia, de Rua Paraíba, nº 550, 8º e 9º andar, Bairro Savassi, CEP 30.130-141, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais para Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Conjunto 162, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Dessa forma, o artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Conjunto 162, Vila Olímpia, CEP 04547-005, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria.”

- (g) Aprovar e ratificar a nomeação e contratação da **Efforts Profissionais Contábeis**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012 - cj 102 - Jardim Paulistano, São Paulo - SP, 01451-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.760.271/0001-94, regularmente inscrita no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/SP sob o nº 2SP024.027/O-0, representada neste ato por seus sócios





infra-assinados, nos termos do contrato social, Sr. **Arnaldo Moreira da Trindade**, contador com registro profissional no CRC-1SP183.550 e inscrito no CPF/MF sob o nº 136.712.338-00, e Sr. **Fábio Lages Comitre**, contador com registro profissional no CRC sob nº 1SP 308.888 e inscrito no CPF/MF sob o nº 400.704.048-60 ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação para determinar o valor contábil da Parcela Patrimonial Líquida que corresponde ao ativo do estabelecimento da IBH XXV denominado **Filial Buritis**, nos termos do art. 8º da Lei das S.A., para fins de contribuição dos referidos bens ao capital social da Companhia ("Laudo de Avaliação" e "Parcela Patrimonial Líquida", respectivamente).

(h) Aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, com base nos registros contábeis e o Balanço Patrimonial na data-base de 31 de março de 2025, cuja cópia compõe a presente ata como Anexo I.

(i) Aprovar o aumento de capital da Companhia, que passa dos atuais R\$ 89.072.237,77 (oitenta e nove milhões setenta e dois mil duzentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos), para R\$ 113.839.529,41 (cento e treze milhões oitocentos e trinta e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos), perfazendo, portanto, um aumento no valor de R\$ 24.767.291,64 (vinte e quatro milhões setecentos e sessenta e sete mil duzentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos), mediante a emissão de 24.767.291 (vinte e quatro milhões setecentas e sessenta e sete mil duzentas e noventa e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"), pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por cada nova ação ordinária, fixado com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A., as quais serão totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, por **IBH XXV**, única acionista da Companhia, nos termos do boletim de subscrição constante do Anexo II.

O valor total do aumento de capital social da Companhia corresponde à Parcela Patrimonial Líquida do estabelecimento indicado no Anexo I, o qual será integralizado nos termos do Boletim de Subscrição constante do Anexo II.

O estabelecimento denominado **Filial Buritis**, no montante de R\$ 24.767.291,64 (vinte e quatro milhões setecentos e sessenta e sete mil duzentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos), será alocado contabilmente na filial da Companhia, denominada **Filial Buritis GD**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.574.684/0006-76.

(j) Aprovar a alteração do *caput* do artigo 5º do estatuto da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"ARTIGO 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 113.839.529,41 (cento e treze milhões oitocentos e trinta e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos), representado por 113.839.529 (cento e treze milhões oitocentas e trinta e nove mil quinhentas e vinte e nove) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal."

(k) Aprovar a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar conforme o Anexo I à presente ata, para refletir as deliberações acima; e



JUCESP

(II) Autorizar aos diretores a praticarem todos os atos necessários para cumprimento das disposições desta ata.

07 25

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei das S.A., que, lida, conferida, e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Pierre-Yves Marie Hugues Mourgue – Presidente; Tony Chi Yuan Wang – Secretário; Acionista: Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A (Representada por Pierre-Yves Marie Hugues Mourgue e Tony Chi Yuan Wang).

Esta versão corresponde a versão original arquivada nos livros da Companhia.

Belo Horizonte/MG, 23 de abril de 2025

Mesa:

Pierre-Yves Marie Hugues Mourgue
Presidente

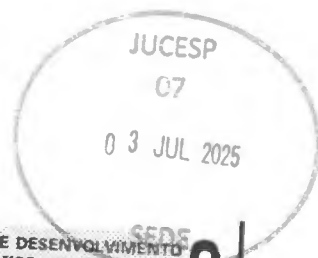
Tony Chi Yuan Wang
Secretário

Acionista:

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A.

Pierre-Yves Marie Hugues Mourgue

Tony Chi Yuan Wang



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBnB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

92300
25 70 00

JUCESP
07
03 JUL 2025



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
NIRE S/A

Alcides
ALCIDES E. SOARES JUNIOR
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SEGUNDO O NÚMERO

3530066843-0



JUCESP

JUCESP
07
03 JUL 2025



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP
NIRE S/A

Alcides
ALCIDES E. SOARES JUNIOR
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO

CERTIFICADO DE REGISTRO
SEGUNDO O NÚMERO

3530066843-0



JUCESP



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/285.755-1	MGE2501512303	30/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
009.565.659-64	PIERRE YVES MARIE HUGUES MOURGUE
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



JUCEMG

ANEXO I
M G S A

À Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Minas GD S.A.,
realizada em 23 de abril de 2025.

LAUDO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A EM ESPECIAL, O ACERVO QUE COMPÕE O ESTABELECIMENTO DENOMINADO FILIAL BURITIS.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 8/37



LAUDO DE AVALIAÇÃO CONTÁBIL

www.efforts.com.br
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012 – cj.102
(11) 3121-5454 – SP/SP



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP
02/05/25
LAUDO DE AVALIAÇÃO CONTÁBIL



LAUDO	SP-0289/13-03
DATA BASE	31/03/2025
SOLICITANTE	<p>MINAS GD S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Paraíba, nº 550, 8º e 9º andar, Bairro Savassi, CEP 30130-140, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.574.684/0001-61, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG – sob o NIRE nº 31300151158 doravante denominada “MINAS GD” e;</p> <p>Filial BURITIS GD, com sede na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais, na Rod Buritis, S/N, KM 55 Setor Fazenda Paulista, Serra Bonita, Buritis, CEP 38660-000, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.574.684/0006-76.</p>
OBJETO	<p>Acervo Líquido Patrimonial parcial a valor contábil da sociedade:</p> <p>INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A., Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, Conj. 162, Vila Olímpia, CEP 04547-005, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.529.691/0001-89, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP – sob o NIRE nº 35.300.598.563 doravante denominada “IBH XXV”, em especial, o acervo que compõe o estabelecimento denominado Filial Santa Adélia da IBH XXV.</p>
OBJETIVO	<p>Determinação do valor contábil do acervo patrimonial líquido parcial dos ativos da companhia IBH XXV que compõe o estabelecimento da IBH XXV denominado Filial Santa Adélia, para fins de contribuição para integralização do capital social na filial da MINAS GD, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”).</p>

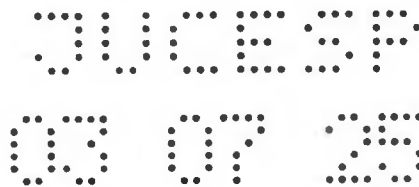
www.efforts.com.br
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012 – cj.102
(11) 3121-5454 – SP/SP



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



LAUDO DE AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A.

NIRE 35.300.598.563

CNPJ/MF Nº 47.529.691/0001-89

A **Efforts Profissionais Contábeis**, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, sob nº 2SP024.027/O-0 e no CNPJ 07.760.271/0001-94, sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2012 – cj.102, neste ato representada por seu sócio, **Arnaldo Moreira da Trindade**, Contador inscrito no CRC 1SP183.550 e CPF.136.712.338-00, e **Fábio Lages Comitre**, Contador com registro profissional no CRC sob nº 1SP 308.888 e CPF 400.704.048-60, nomeada para proceder à avaliação contábil da Parcela Patrimonial Líquida da **IBH XXV** (conforme definido abaixo), para fins de integralização do capital social na filial da **MINAS GD**, vem por meio deste Laudo de Avaliação Contábil (“Laudo”) apresentar os resultados dos trabalhos.

I. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

1.1. Conforme disposto no artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, o presente Laudo é emitido com o objetivo exclusivo de determinar o valor contábil da Parcela Patrimonial Líquida, em 31 de março de 2025 da **IBH XXV**, de acordo com os critérios e formas específicas estabelecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nos valores escriturados nos registros contábeis para fins de integralização de capital social na filial da **MINAS GD** mediante a contribuição da parcela patrimonial líquida que correspondem ao estabelecimento da IBH XXV denominado Filial Santa Adélia (“**PARCELA PATRIMONIAL LÍQUIDA**”).

II. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.

2.1. A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração das informações contábeis de acordo com as práticas e normas contábeis adotadas no Brasil, assim como, pelos controles internos e relevantes.

2.2 Os livros contábeis na data base da **IBH XXV** acham-se revestidos de todas as formalidades legais e fiscais e foram escriturados de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária.

www.efforts.com.br

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012 – cj.102
(11) 3121-5454 – SP/SP



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e Informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBnB Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

JUCESP
03 07 25



III. DATA-BASE

3.1. Conforme determinado pelos administradores das sociedades envolvidas na operação, *ad referendum* de seus acionistas e sócios, a data-base do presente Laudo, foi fixada em 31/03/2025, tendo sido levantado nesta mesma data e para este fim, Balanço Patrimonial pro-forma da **IBH XXV**, o qual faz parte integrante deste Laudo, na forma de seu Anexo I ("Balanço Patrimonial").

IV. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS

4.1. O valor contábil da Parcela Patrimonial Líquida da **IBH XXV** correspondente à Parcela a integralizar foi determinado exclusivamente com base na posição contábil apresentada no Balanço Patrimonial pro-forma, de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com os critérios previstos na Lei das Sociedades por Ações.

V. DEMONSTRAÇÃO DA PARCELA PATRIMONIAL

5.1 Com base no item IV anteriormente referido, apresentamos no quadro abaixo a Parcela Patrimonial Líquida, correspondente a Parcela de ativos para fins de integralização de capital social da **MINAS GD** através da integralização de ativos na Filial Santa Adélia GD.

ATIVOS	24.767.291,64
ATIVO NÃO CIRCULANTE	24.767.291,64
IMOBILIZADO	24.767.291,64
ACERVO LÍQUIDO	24.767.291,64

VI. METODOLOGIA DOS TRABALHOS

6.1. Para emitir o presente Laudo, nossos trabalhos compreenderam principalmente a revisão do Balanço Patrimonial pro-forma anexo ao presente Laudo como Anexo I.


6.2. Também foi efetuado um exame analítico nas contas do Balanço Patrimonial pro-forma e demonstrações do resultado, atentando para o adequado cumprimento dos princípios contábeis usualmente aceitos.

www.efforts.com.br
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012 – cj.102
(11) 3121-5454 – SP/SP



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., NIRE 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 12/37



6.3. Verificação de documentos e suporte dos saldos contábeis apresentados.

6.4. Indagação e discussão, sobre as práticas e estimativas adotadas pela Administração, bem como, a adequação e aplicação dos critérios utilizados para segregação os ativos a serem contribuídos.

6.5. Indagação e discussão com os assessores jurídicos, quanto à existência de possíveis contingências de natureza tributária, cível e trabalhista que não estejam adequadamente divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas.

VII. RESULTADO DA AVALIAÇÃO

7.1. Após os exames e verificações descritos no item V supra, que tomaram por base os registros contábeis e o Balanço Patrimonial pro-forma levantado da **IBH XXV** em 31/03/2025, concluímos que a Parcela Patrimonial Líquida dos ativos da **IBH XXV** a serem utilizados para fins de integralização do capital social da **MINAS GD** é de **R\$ 24.767.291,64 (vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos)**.

VIII. PRINCÍPIOS E RESSALVAS

Em atendimento aos requisitos da regulamentação aplicável, informamos que:

- a) De acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 821/97, não temos conhecimento de conflito de interesse, direto ou indireto, tampouco de qualquer outra circunstância que represente conflito de interesse em relação aos serviços que foram por nós prestados;
- b) Não temos conhecimento de nenhuma ação do controlador ou dos administradores das sociedades envolvidas com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões;
- c) Não fomos informados e não temos conhecimento de qualquer evento relacionado a atividade da Sociedade que possa trazer impacto e alterações relevantes no resultado da avaliação;

www.efforts.com.br
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012 – cj.102
(11) 3121-5454 – SP/SP



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e Informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

JUCEMG
03 07 25



- d) Não fomos requeridos para realizar a atualização deste Laudo após a data de sua emissão;
- e) O relatório foi elaborado pela EFFORTS e ninguém a não ser seus próprios profissionais, prepararam as análises e respectivas conclusões;
- f) Os honorários profissionais da EFFORTS não estão, de forma alguma, sujeitos as conclusões deste relatório;
- g) No melhor conhecimento e crédito dos profissionais da EFFORTS as análises e opiniões e conclusões expressas no presente Laudo, são baseadas nos dados, diligências, pesquisas e levantamentos verdadeiros e corretos.

Nada mais tendo a esclarecer, concluímos o trabalho condensado no presente Laudo, constituído de 7 páginas digitadas e rubricadas, sendo esta também datada e assinada.

São Paulo, 04 de abril de 2025

DocuSigned by:
Arnaldo Trindade
315E3567358C470

DocuSigned by:
Fabio Comitre
240FB897EEE8472

EFFORTS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS

CRC 2SP024.027/O-0

ARNALDO MOREIRA DA TRINDADE
Contador CRC 1SP 183.550

FÁBIO LAGES COMITRE
Contador CRC 1SP 308.888

www.efforts.com.br

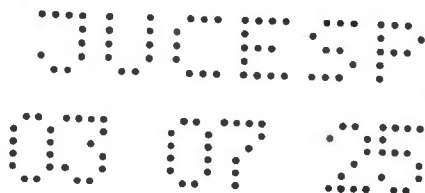
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012 – cj.102
(11) 3121-5454 – SP/SP



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



ANEXO I

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2025			
Valores Expressos em R\$			
ATIVO CIRCULANTE	15.463.998,46	PASSIVO CIRCULANTE	11.642.953,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.900.840,34	FORNECEDORES	3.102.831,70
CONTAS A RECEBER	204.643,26	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	888.929,61
OUTROS CREDITOS	3.134.926,88	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	6.890.073,16
TRIBUTOS A RECUPERAR	2.408.805,54	OUTRAS OBRIGAÇÕES cp	761.118,88
DESPESAS ANTECIPADAS	898.337,38	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-
ESTOQUE PARA IMOBILIZAÇÃO	3.364.527,54		
PARTES RELACIONADAS	1.551.917,52		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	989.947.047,66	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	624.781.826,09
OUTROS CRÉDITO - AFAC	3.726.713,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.715.312,40
INVESTIMENTO	498.525.561,06	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	621.066.513,69
IMOBILIZADO	377.890.854,24		
Jatai	32.274.852,45		
Itumbiara	34.592.415,25		
Santa Adélia	17.025.436,87		
Buritiz	24.767.291,64		
INTANGÍVEL	1.143.923,15	PATRIMÔNIO LIQUIDO	368.986.266,68
		CAPITAL SOCIAL	473.140.551,11
		RESERVAS	285.504,27
		PREJUÍZOS ACUMULADOS	(104.439.788,70)
TOTAL DO ATIVO	1.005.411.046,12	TOTAL DO PASSIVO	1.005.411.046,12

www.efforts.com.br

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012 – cj.102
(11) 3121-5454 – SP/SP



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

03 02 25
Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/285.755-1	MGE2501512303	30/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
355.147.028-63	LUIS GUILHERME DE SOUZA SILVA

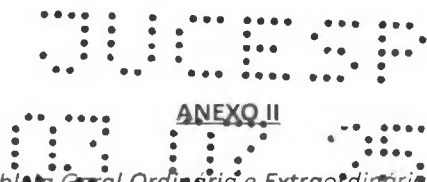
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



ANEXO II
À Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Minas GD S.A.,
realizada em 23 de abril de 2025.

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

SUBSCRITOR	AÇÕES SUBSCRITAS	VALOR	FORMA E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO
INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XXV S.A. , pessoa jurídica registrada sob o CNPJ/MF nº 47.529.691/0001-89, com endereço na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, Conj. 162, Vila Olimpia, CEP 04547-005 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada por seus Diretores Srs. Pierre-Yves Marie Hugues Mourgue , francês, casado, portador da cédula de identidade RNE n.V338146-F/CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.565.659-64 e Tony Chi Yuan Wang , brasileiro, administrador de empresas, casado, em regime parcial de bens, portador da Cédula de identidade RG nº 29.584.094-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 304.854.338-42, ambos com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Gomes de Carvalho, 1510, conjunto 162, Vila Olimpia, CEP 04547-005.	24.767.291 (vinte e quatro milhões setecentas e sessenta e sete mil duzentas e noventa e uma) ações ordinárias	R\$ 24.767.291,64 (vinte e quatro milhões setecentos e sessenta e sete mil duzentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos)	O valor de R\$ 24.767.291,64, foi integralizado mediante a contribuição da parcela patrimonial líquida que corresponde ao estabelecimento da filial da IBH XXV denominada Filial Bunitis, avaliada por valor contábil de acordo com o Laudo de Avaliação constante do Anexo I à presente ata.
TOTAL	24.767.291	R\$ 24.767.291,64	R\$ 24.767.291,64

[Página de assinaturas na sequência]



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUCERJ

[Página de assinaturas da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Minas GD S.A., realizada em 23 de abril de 2025].

MINAS GD

Belo Horizonte/MG, 23 de abril de 2025.

Subscritor:

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

(Representado por Pierre-Yves Marie Hughes Mourgue e Tony Chi Yuan Wang)

Pierre-Yves Marie Hughes Mourgue

Tony Chi Yuan Wang

Companhia:

MINAS GD S.A.

Pierre-Yves Marie Hughes Mourgue

Tony Chi Yuan Wang



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBnb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/285.755-1	MGE2501512303	30/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
009.565.659-64	PIERRE YVES MARIE HUGUES MOURGUE
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





Anexo III

À Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Minas GD S.A.,
realizada em 23 de abril de 2025.

**ESTATUTO SOCIAL DA
MINAS GD S.A.**
CNPJ/MF: 48.574.684/0001-61
NIRE: 31.300.151.158

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

ARTIGO 1º - A Minas GD S.A., é uma sociedade por ações que se regerá por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis (“Companhia”).

ARTIGO 2º - A Companhia tem por objeto social a realização das seguintes atividades relacionadas a projetos de geração distribuída:

- (i) Aluguel de imóveis próprios;
- (ii) Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais;
- (iii) Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; e
- (iv) Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos.

ARTIGO 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, Conjunto 162, Vila Olímpia, CEP 04547-005, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

ARTIGO 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 113.839.529,41 (cento e treze milhões oitocentos e trinta e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos), representado por 113.839.529 (cento e treze milhões oitocentas e trinta e nove mil quinhentas e vinte e nove) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Parágrafo 2º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBnb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

JUCEMG
CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO
Seção I - Disposições Gerais

ARTIGO 6º - A Companhia é administrada por uma Diretoria, observadas as disposições do presente Estatuto Social e da legislação aplicável.

Parágrafo 1º - A investidura dos administradores da Companhia nos seus cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Diretor empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 3º - A Assembleia fixará um limite de remuneração global anual para distribuição entre os administradores e caberá à Diretoria deliberar sobre a remuneração individual dos administradores, observado o disposto neste Estatuto Social.

Seção II – Diretoria

ARTIGO 7º - A Companhia é administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) Diretores, designados Diretores sem Designação Específica, todos com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, observadas as disposições da lei e do presente Estatuto Social.

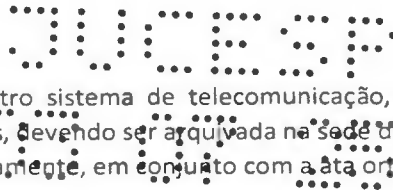
Parágrafo 2º - No caso de ausência ou incapacidade temporária de qualquer Diretor, este deverá ser substituído interinamente por substituto designado pela Diretoria. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, a Assembleia Geral de Acionistas deverá ser convocada para eleição e preenchimento do cargo vago, devendo o Diretor substituto completar o mandato do Diretor substituído.

ARTIGO 8º - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer um dos Diretores.

Parágrafo 1º - As reuniões da Diretoria são instaladas com a presença da totalidade de seus membros, em primeira convocação, e com qualquer número em segunda convocação, sendo que um deles atuará como Presidente da reunião e escolherá um Secretário, não havendo necessidade de que tal Secretário seja membro da Diretoria.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação serão considerados presentes à reunião. Será ainda considerada regular a reunião da qual todos os Diretores tenham participado por meio de





conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação, sendo válidas as assinaturas colhidas por meios eletrônicos, devendo ser arquivada na sede da Companhia uma cópia da ata da reunião assinada eletronicamente, em conjunto com a ata original assinada.

Parágrafo 3º - Os membros da Diretoria poderão votar por e-mail, fax, carta ou telegrama, enviados à Companhia, em atenção do Diretor Presidente e caberá, neste caso, ao Secretário da reunião lavrar a respectiva ata, à qual o voto será anexado.

Parágrafo 4º - Nas reuniões, a Diretoria delibera por maioria simples de votos, cabendo a cada Diretor um voto.

Parágrafo 5º - As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, permitida a utilização de sistema mecanizado.

ARTIGO 9º - Compete à Diretoria, dentre outras atribuições específicas fixadas pela Assembleia Geral, previstas em lei, neste Estatuto Social e em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, administrar e gerir os negócios da Companhia, incluindo a prática dos seguintes atos:

- (i) propor à Assembleia Geral da Companhia o plano de negócios anual, que deverá conter o orçamento e o detalhamento dos objetivos e estratégias de negócios para o período ("Plano Anual") ou sua alteração;
- (ii) submeter o relatório e as contas da administração para deliberação pela Assembleia Geral;
- (iii) recomendar à Assembleia Geral da Companhia o pagamento de dividendos, incluindo com base em balanço semestral ou intermediário; e
- (iv) recomendar à Assembleia Geral da Companhia a admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou mercados de balcão.

ARTIGO 10 - A Companhia será representada da seguinte forma:

- (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto;
- (ii) por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, nos termos do Parágrafo 1º abaixo, devidamente constituído, para a prática de quaisquer atos em valor de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma única operação; ou
- (iii) por qualquer Diretor ou por 1 (um) procurador com poderes específicos, nos termos do Parágrafo 1º abaixo, para a prática dos seguintes atos:
 - (a) representação da Companhia perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais e municipais, entidades de classes, nas Assembleias Gerais de acionistas ou reuniões de sócios das sociedades nas quais a Companhia participe, bem como nas Assembleias ou reuniões de entidades de direito privado nas quais a Companhia participe como



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e Informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

JUCEMG

patrocinadora, membro fundador ou simplesmente membro participante;

(b) de endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia, independentemente do valor;

(c) de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho; para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados; e para acordos trabalhistas;

(d) assinatura de termos de confidencialidade nos quais a Companhia seja parte; e

(e) para a prática de quaisquer atos em valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em uma única operação.

Parágrafo 1º - As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) diretores em conjunto, e terão prazo de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano, exceto pelas procurações "ad judícia", que podem ter prazo de duração superior a um ano ou mesmo indeterminado.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá autorizar expressamente a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador.

Seção III – Conselho Fiscal

ARTIGO 11 - O Conselho Fiscal da Companhia não terá caráter permanente e somente será instalado por solicitação dos acionistas na forma da lei. Se instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento.

CAPÍTULO IV ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 12 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para os fins previstos em lei e extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Parágrafo 1º - As convocações das Assembleias Gerais da Companhia deverão ser publicadas nos termos da Lei das S.A., por meio de edital de convocação publicado com 8 (oito) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral e, caso não seja atendido o quórum de instalação em primeira convocação, uma segunda convocação deverá ser publicada ao menos 5 (cinco) dias antes da nova data de realização da Assembleia Geral. O Edital de convocação deverá indicar a ordem do dia, o local, a data e a hora em que a Assembleia Geral será realizada, sendo que a Companhia deverá disponibilizar toda e qualquer documentação que possa servir de suporte para que os acionistas formulem seu voto. Dispensando-se as formalidades de convocação serão dispensadas caso estejam presentes todos os acionistas da Companhia.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



Parágrafo 2º - Ressalvadas as exceções previstas em lei, ou em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, a Assembleia Geral será considerada instalada em primeira convocação com a presença de acionistas representando no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante da Companhia, e em segunda convocação com qualquer número.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral será instalada e presidida por acionista, representante de acionista ou um dos Diretores da Companhia, escolhido dentre os presentes pela maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral indicará um dos presentes para secretariá-lo.

Parágrafo 4º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, neste Estatuto Social ou em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 5º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das S.A.

ARTIGO 13 - Compete privativamente à Assembleia Geral de Acionistas, dentre outras atribuições previstas em lei, neste Estatuto Social e em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios sociais e aprovação e/ou alteração do Plano anual, o qual deverá conter o orçamento e os detalhes dos objetivos e das estratégias de negócios para o período ("Plano Anual");
- (ii) eleger, destituir e substituir qualquer um dos membros da Diretoria da Companhia, bem como a fixação das atribuições específicas dos Diretores, observadas as demais disposições deste Estatuto Social;
- (iii) fixar e alterar a remuneração individual dos administradores, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, incluindo pagamento bônus, observado o limite global de remuneração da administração estabelecido pela Assembleia Geral;
- (iv) aprovar planos de participação de lucros, bem como estabelecer critérios para remuneração e políticas de benefícios dos administradores e empregados da Companhia;
- (v) fiscalizar a gestão dos Diretores e de mandatários em geral, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos de interesse da Companhia;
- (vi) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (vii) analisar e aprovar as metas da Companhia estabelecidas no Plano Anual, bem como



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBnb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

JUCEMG

monitorar seu cumprimento e os resultados a serem alcançados pelos membros da Diretoria;

GD S.A.

- (viii) escolher, contratar e destituir os auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, bem como convocar os auditores para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;
- (ix) autorizar, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, o pagamento de dividendos, com base em balanço semestral ou intermediário;
- (x) autorizar a aquisição de ações da Companhia para permanência em tesouraria, obedecidos os limites legais e sem prejuízo do dividendo obrigatório;
- (xi) aprovar a prática de quaisquer atos, incluindo a celebração de quaisquer acordos ou contratos, pela Companhia ou qualquer sociedade controlada pela Companhia, envolvendo um valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), seja em ato único ou em uma série de atos relacionados num período de 12 (doze) meses, que não tenha sido objeto do Plano Anual ou orçamento anual do correspondente exercício social;
- (xii) aprovar qualquer transação ou endividamento que represente aumento no nível do endividamento financeiro consolidado da Companhia que exceda o Plano Anual do correspondente exercício social em valor equivalente a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou a 3% (três por cento) do patrimônio líquido da Companhia, o que for menor; ressalvada, no entanto, a contratação de linhas de crédito de curto prazo nos termos e condições aprovados previamente pelo Conselho quando da aprovação do Plano Anual;
- (xiii) aprovar qualquer investimento pela Companhia ou por sociedades controladas que exija valores superiores a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) de CAPEX, ainda que estejam previstos no Plano Anual do correspondente exercício social;
- (xiv) aprovar a celebração de contratos ou acordos de prestação de serviços para clientes por parte da Companhia, ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, com prazo de vigência igual ou superior a 3 (três) anos, que não tenham sido previstos no Plano Anual ou no orçamento anual do exercício social correspondente;
- (xv) aprovar a constituição de ônus sobre quaisquer ativos, bem como a prestação de garantias, pela Companhia ou por qualquer sociedade controlada, a obrigações de terceiros;
- (xvi) aprovar quaisquer desinvestimentos, incluindo a venda, cessão ou transferência de ativos da Companhia ou de qualquer sociedade controlada acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUCEMG

- (xvii) aprovar a celebração, alteração ou rescisão de contratos ou acordos, bem como a contratação de transações de qualquer natureza, entre a Companhia ou por qualquer sociedade controlada e partes relacionadas, acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e/ou qualquer situação envolvendo potencial conflito de interesses;
- (xviii) aprovar, para a Companhia e/ou qualquer sociedade controlada, a propositura ou a celebração de qualquer acordo em qualquer medida judicial ou administrativa (a) que envolva valor superior a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), exceto se previsto no Plano Anual; ou (b) que possa ter impacto negativo nas atividades da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer ações relacionadas às seguintes matérias: meio ambiente; legislação anticorrupção; lavagem de dinheiro; sanções; leis, estatutos, decretos, regras ou regulamentos anti-escravatura, trabalho infantil ou antidiscriminação;
- (xix) aprovar a aquisição ou alienação, pela Companhia ou por sociedades controladas, de participação em outras sociedades;
- (xx) deliberar e determinar o voto da Companhia em qualquer reunião ou assembleia de qualquer sociedade na qual a Companhia detenha participação direta, incluindo com relação a todas as matérias listadas neste Artigo;
- (xxi) aprovar chamadas de capital, dentro do limite do capital social autorizado, se aplicável;
- (xxii) aprovar o pedido para registro da Companhia como companhia aberta; bem como a admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou mercados de balcão;
- (xxiii) aprovar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- (xxiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, podendo convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;
- (xxv) aprovar operações ou contratações de contratos de derivativos (*hedge* e outros) a serem realizadas pela Companhia, sendo vedado qualquer contrato de derivativo com natureza especulativa ou ainda que não se enquadre na política financeira da Companhia, se houver;
- (xxvi) alterar quaisquer programas e políticas antissuborno, anticorrupção e/ou de Compliance da Companhia; e
- (xxvii) aprovar o planejamento estratégico da Companhia de forma a promover os aspectos ASG (Ambiental, Social e Governança).



JUCEMG
CAPÍTULO V
EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 14 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas em lei, as quais serão auditadas pelo auditor independente da Companhia, registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

ARTIGO 15 - Em cada exercício social os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A.

ARTIGO 16 - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

ARTIGO 17 - A Diretoria poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio.

ARTIGO 18 - Os dividendos e juros sobre capital próprio pagos ou creditados nos termos dos artigos acima serão imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 19 - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

**CAPÍTULO VI
LIQUIDAÇÃO**

ARTIGO 20 - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação.

**CAPÍTULO VII
DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

ARTIGO 21 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, bem como seus respectivos sucessores, obrigam-se a resolver qualquer disputa, controvérsia e/ou reclamação decorrente ou relacionada a este Estatuto





Social ou em decorrência de sua condição de Companhia, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal e suplentes ("Disputa"), envolvendo a Companhia, qualquer de seus acionista, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, por meio de arbitragem perante a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), na forma de seu regulamento ("Regras de Arbitragem") e em observância à Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Parágrafo 1º - O tribunal arbitral terá o poder de resolver toda e qualquer controvérsia relacionada às Disputas, incluindo questões acessórias, e terá o poder de emitir quaisquer ordens necessárias às partes da arbitragem, incluindo liminares e decisões interlocutórias após sua constituição e prévia a uma decisão final. A arbitragem deve ser processada e decidida de acordo com a lei brasileira, e os árbitros não estão autorizados a agir como *amiable compositeur* ou a decidir *ex aequo et bono*.

Parágrafo 2º - O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, que serão nomeados de acordo com o procedimento a seguir. O(s) requerente(s), agindo em conjunto e entendidos como uma única parte ou como múltiplas partes da arbitragem atuando como requerentes, nomeará(ão) 1 (um) árbitro. O(s) requerido(s), agindo em conjunto e entendidos como uma única parte ou como múltiplas partes da arbitragem atuando como requeridas, deve(rão) nomear o segundo árbitro. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será escolhido pelos 2 (dois) árbitros nomeados pelas partes, em consulta a estas, dentro de 15 (quinze) dias após a confirmação do último árbitro. Se um dos lados deixar de fazer a nomeação que lhe cabe dentro de 10 (dez) dias, ou caso os árbitros nomeados pelas partes não consigam nomear o terceiro árbitro, as nomeações serão feitas pela CCI, de acordo com as Regras de Arbitragem.

Parágrafo 3º - No caso de uma arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes que não estejam definidas em um grupo de reclamantes ou em um grupo de reclamadas, as partes da arbitragem, de comum acordo, deverão nomear 2 (dois) árbitros dentro de 15 (quinze) dias após o recebimento da última notificação pela CCI nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral, será nomeado pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias após a confirmação do último árbitro ou, se isso não for possível, por qualquer motivo, pela CCI de acordo com as Regras de Arbitragem. Se as partes da arbitragem falharem em nomear os árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pela CCI, de acordo com as Regras de Arbitragem, os quais designarão um entre os árbitros escolhidos para servir como presidente do tribunal arbitral.

Parágrafo 4º - A arbitragem terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde será proferida a sentença arbitral. O idioma da arbitragem será o inglês, sendo que as provas poderão ser produzidas em português sem que seja necessária tradução.

Parágrafo 5º - A existência dos procedimentos arbitrais e quaisquer documentos e informações apresentados e/ou divulgados no âmbito deste (incluindo, mas não limitado a, alegações e informações apresentadas pelas partes, declarações de terceiros, evidências e documentos apresentados, bem como quaisquer decisões proferidas pelo tribunal arbitral) estarão sujeitos à confidencialidade e somente serão divulgados ao tribunal arbitral, às partes da arbitragem, seus representantes e a qualquer pessoa necessária à arbitragem.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efetlos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL



Parágrafo 6º - A sentença arbitral pode ser executada em qualquer tribunal que tenha jurisdição sobre as partes ou seus ativos. A decisão arbitral será definitiva e vinculante, e a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, renunciarão a qualquer direito de apelação, exceto pela solicitação de esclarecimento prevista no artigo 30 da Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e pela possibilidade de anulação da ação, conforme previsto nos artigos 32 e 33 da Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Parágrafo 7º - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, mantêm o direito de buscar assistência judicial, conforme permitido pela Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, incluindo, entre outros, (i) impor a arbitragem; (ii) obter medidas provisórias e urgentes antes da constituição do tribunal arbitral, desde que, após sua constituição, todas as medidas provisórias e urgentes sejam solicitadas ao tribunal arbitral, e o tribunal arbitral possa sustentar, modificar e/ou revogar a ordem concedida pelos tribunais; (iii) executar qualquer decisão do tribunal arbitral, incluindo a sentença arbitral; (iv) buscar a anulação da sentença arbitral quando permitido por lei; e (v) solicitar qualquer outra medida de apoio à arbitragem, conforme permitido pela Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e pela legislação brasileira. Caso a Companhia, qualquer de seus acionistas, administradores e/ou membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, busquem assistência judicial nas circunstâncias indicadas acima, os Tribunais de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, terão jurisdição exclusiva. A solicitação de qualquer medida judicial disponível de acordo com a Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, não deve ser interpretada como uma renúncia aos direitos previstos nesta cláusula compromissória e/ou nas Regras de Arbitragem, ou na arbitragem como o único meio de resolução de disputas escolhido pela Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver.

Parágrafo 8º - As despesas do processo arbitral, incluindo, mas não se limitando, aos custos administrativos da CCI, honorários do árbitro e honorários de especialistas independentes, quando aplicáveis, serão suportados por cada uma das partes, de acordo com as Regras de Arbitragem. Ao proferir a sentença arbitral, o tribunal arbitral poderá determinar que a parte vencedora seja reembolsada proporcionalmente pela parte vencida pelas despesas do processo arbitral, incluindo, mas não se limitando, aos custos administrativos do CCI, aos honorários do árbitro, aos honorários de especialistas independentes e/ou aos honorários contratuais razoáveis do advogado.

Parágrafo 9º - Antes de assinar os Termos de Arbitragem, ou antes de sua aprovação pela CCI, a CCI pode consolidar procedimentos arbitrais simultâneos, conforme disposto nas Regras de Arbitragem. Após a assinatura dos Termos de Arbitragem, ou após sua aprovação pela CCI, o tribunal arbitral poderá, mediante solicitação de uma das partes das arbitragens, consolidar processos arbitrais simultâneos envolvendo a Companhia, qualquer de seus acionistas, administradores e/ou membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, mesmo que não sejam todas as partes em ambos os procedimentos e qualquer outro instrumento relacionado celebrado, se (i) os termos das arbitragens forem compatíveis; e (ii) a consolidação não causar danos a nenhuma das partes da arbitragem. A competência para consolidar caberá ao primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será final e vinculativa para a Companhia, qualquer



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

de seus acionistas, administradores e/ou membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, conforme o caso.



CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 22 - A Companhia observará eventual acordo de acionistas arquivados na sede social da Companhia, nos termos do Artigo 118 da Lei das S.A., cabendo (i) à Diretoria abster-se de registrar transferências ou onerações de ações contrárias aos respectivos termos, e (ii) ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados em violação a tal acordo.

ARTIGO 23 - A Companhia disponibilizará, sempre que solicitado por acionista(s), os contratos celebrados com partes a ela relacionadas, acordos de acionistas e programas de opção de aquisição de ações ou outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. Os acionistas terão acesso irrestrito aos livros, documentos e informações da Companhia.

ARTIGO 24 - Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A. e de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.”



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

03 04 25
Anexo

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/285.755-1	MGE2501512303	30/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
009.565.659-64	PIERRE YVES MARIE HUGUES MOURGUE
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE
REGISTRO DIGITAL

Eu, Luis Guilherme de Souza Silva , com inscrição ativa no(a) OAB/(SP) sob o nº 316225, expedida em 02/03/2012, inscrito no CPF nº 355.147.028-63, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. Anexo I Laudo de Avaliação - 10 página(s)
2. OAB Luis Guilherme - 1 página(s)

Belo Horizonte/MG , 30 de abril de 2025.

Nome do declarante que assina digitalmente: Luis Guilherme de Souza Silva



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governador do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MINAS GD S.A., de NIRE 3130015115-8 e protocolado sob o número 25/285.755-1 em 02/05/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 12716244, em 13/05/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Aloysio de Almeida Figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
009.565.659-64	PIERRE YVES MARIE HUGUES MOURGUE
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
355.147.028-63	LUIS GUILHERME DE SOUZA SILVA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
009.565.659-64	PIERRE YVES MARIE HUGUES MOURGUE
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
009.565.659-64	PIERRE YVES MARIE HUGUES MOURGUE
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 25/285.755-1.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM
Governador do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
355.147.028-63	LUIS GUILHERME DE SOUZA SILVA

Belo Horizonte, terça-feira, 13 de maio de 2025



Documento assinado eletronicamente por Aloysio de Almeida Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 13/05/2025, às 07:25 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](#) informando o número do protocolo 25/285.755-1.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 36/37



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

03 07 25

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e cancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)

Nome

MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais


Belo Horizonte, terça-feira, 13 de maio de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais	Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
	NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31300151158	Código da Natureza Jurídica 2054


1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: MINAS GD S.A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGE2501512303

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	008			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA
		019	1	ESTATUTO SOCIAL
		038	1	TRANSFERENCIA DE SEDE PARA OUTRA UF

SAO PAULO Local
29 ABRIL 2025 Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
 Nome: _____
 Assinatura: _____
 Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR
 DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> SIM	Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável
_____	_____	
_____	_____	
_____	_____	
<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> NÃO	Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				

____/____/____
 Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquite-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				

____/____/____
 Data

_____ Vogal
 Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/285.755-1	MGE2501512303	30/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
304.854.338-42	TONY CHI YUAN WANG

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 12716244 em 13/05/2025 da Empresa MINAS GD S.A., Nire 31300151158 e protocolo 252857551 - 02/05/2025. Efeitos do registro: 23/04/2025. Autenticação: 718687F4CFF4C517A3F7E84A31C0EF63D5FC932E. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/285.755-1 e o código de segurança tBNb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/05/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL